

O
PARAHYBANO

21 DE JANEIRO
DE 1892

O PARAHYBANO

ORGÃO DO PÓVO

ANNO I

Assignatura

CAPITAL
Por mez..... 15000
Fólha avulsa.... 100
Pagamento adiantado

PARAHYBA DO NORTE
QUINTA-FEIRA 21 DE JANEIRO DE 1892

Assignatura

INTERIORE ESTADOS
Por trimestre..... 15000
Editaes e apedidos al. 100
Annuncio idem 60 rs.

«O PARAHYBANO» PUBLICA-SE ÁS TERÇAS, QUINTAS E SABADOS.

AVISO

Declaramos aos nossos assignantes que desde já vamos mandar proceder a cobrança das assignaturas do mez corrente e que é dellas encarregado o sr. Manoel Fernandes Rodrigues, e o unico auctorizado por esta empreza.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA-GOVERNATIVA

DIA 16

Portarias:

Nomeando os cidadãos Bellarmino Cândido de Miranda, Manoel Antônio Collaço e João Leite Ribeiro para os cargos de presidente e membros do conselho de intendencia do município de Alagôa Nova, na ordem em que estão escriptos seus nomes.

Nomeando para os de primeiro segundo e terceiro membros substitutos do referido conselho os cidadãos Vito Tavares Romeiro, Pio Faustino da Costa e Joaquim Carlos de Carvalho.

Exonerando, a pedido, sob proposta do dr. chefe de polícia, o cidadão José Lins Cavalcante de Albuquerque do cargo de delegado do termo do Pilar e nomeando para substitui-lo o capitão Archanjo Cavalcante de Albuquerque.

Exonerando, sob proposta do mesmo dr. chefe de polícia, os cidadãos Manoel Jerônimo de Oliveira e Mello, Pedro Bizarra de Oliveira, José Cassimiro de Souza e Maximiano Nunes do Rego Barros dos de subdelegado e respectivos suplentes do 2º distrito de Pedras de Fogo e nomeando para substitui-los os cidadãos Militino Velloso Cavalcante de Vasconcellos, Ernesto Guedes do Espírito Santo, Antônio Rodrigues de Lima e Luiz Antônio Cordeiro de Mello.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de polícia, para os fins convenientes.

Ofícios:

Ao inspector do tesouro do Estado, recomendando que mande pôr novamente em lista publica o imposto de exportação de gado, tomando como base o maior preço oferecido na última arrematação.

Ao mesmo, scientificando, para os fins convenientes, que por acto da junta governativa, de honrem datado, foi exonerado, a pedido, o cidadão bacharel Tranquillo Graciano de Mello Leitão do cargo de chefe de polícia interino do Estado e nomeado para substitui-lo, também imediatamente, o cidadão bacharel Antônio Ferreira Baltar, que na mesma data assumiu o respectivo exercicio.

Communicou-se igualmente à thesouraria de fazenda:

Ao dr. juiz de direito da comarca de Campina Grande, declarando que cumpre informar com urgência, para satisfazer a exigencia contida em telegramma do ministerio da justica de 12 do corrente mez, acerca da perseguição que sofreu n'aquelle comarca o bacharel Irineu Joffely e do processo respectivo instaurado contra o mesmo bacharel.

Ao major comandante do corpo policial, recomendando que faça abrir assentamento de praça, com destino á brigada policial da capital federal, aos individuos de nome José Pereira da

Menezes, José Ignacio Guedes Pereira e o capitão Joaquim Salustiano Pereira de Mello para os de membros substitutos.

Exonerando, sob proposta do dr. chefe de polícia, os cidadãos Joaquim Alvares da Nobrega, Bernardo Alves da Nobrega e João Evangelista de Medeiros dos cargos de delegado, 1º e 2º suplentes do termo de S. Luzia do Sabugy, e nomeando para substitui-los os cidadãos capitão Aristides de Araújo Guerra, Antônio Marcelino de Medeiros e Alexandre Manoel de Medeiros.

Exonerando dos de 1º, 2º e 3º suplentes do subdelegado do distrito do mesmo nome Candido Garcia de Medeiros, José Alves Cavalcante e Manoel de Araújo Ferreira e nomeando para substitui-los os cidadãos José Paulo de Souza, alferes Ildefonso Evangelista de Medeiros e Pedro Paulo do Amaral.

Exonerando Bellarmino Casado de Miranda e Clementino de Andrade Lima dos de delegado e 2º suplente respectivo do termo de Alagôa Nova e nomeando para substitui-los os cidadãos Belisário Fernandes da Silva e Felinto Baptista do Nascimento.

Exonerando dos de 1º e 2º suplentes do subdelegado do distrito do mesmo nome João Ferreira Neves e Benedicto Galvão da Oliveira e nomeando para substitui-los os cidadãos Arthur Washington da Silva Sobral e Antonio Fructuoso Coelho.

Exonerando dos de subdelegado, 1º, 2º e 3º suplentes do distrito da Esperanca Bénevento Maccio da Silva, Thomás Rodrigues de Oliveira, Luiz Correia de Souza Moreira e José Maria Ferreira Passos Pimentel, e nomeando para substitui-los os cidadãos Benedicto Gomes da Luz, José Francisco Maia, Clementino Bizarra Alves Diniz e José Ferreira Brandão.

Exonerando João Hóracio Fernandes Bezerra e Manoel José Fernandes dos de 2º e 3º suplentes do delegado do termo de Arauá, e nomeando para substitui-los os cidadãos José Vicente de Medeiros e Luiz Soares de Avellar.

Exonerando Samuel Pinheiro de Lima Camará e José Luiz de Albuquerque dos de 1º e 2º suplentes de subdelegado do distrito de Tacima e nomeando para substitui-los os cidadãos Antonio Ribeiro da Silva e José Ferreira de Lima.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de polícia, para os fins convenientes.

Ofícios:

Ao dr. chefe de polícia, recomendando que informe se ha necessidade de continuar na cidade de Guarabira o destacamento de linha que para ali seguiu, e, no caso negativo, que faça recolher imediatamente ao respectivo batalhão.

Ao inspector do tesouro do Estado, declarando para os fins devidos, que na petição de Adelaldo José de Oliveira Leite pedindo permissão para embarcar na ilha com família de sua

dioca e seis centos ditos compromisso, com destino ao porto de Mossoró, foi proferido o seguinte despacho: «Estando os generos despachados antes da ordem expedida por esta junta, como provou o suplicante com a respectiva certidão da alfandega, deferido.»

Ao mesmo, comunicando que em data de 13 do corrente mez, o capitão João de Mello Azedo e Albuquerque assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da comarca de S. Rita na qualidade de 1º suplente do mesmo juiz, por ter o efectivo entrado no gosto de licença; e bem assim, que a 15 o bacharel Antônio Te Souza Gouveia passou o exercício do de juiz de direito da 2º vaga da capital ao seu substituto legal, por ter sido convocado pelo presidente do superior tribunal de justica, afim de tomar parte nos respectivos trabalhos, durante o impedimento do desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, conforme participaram em officios de 13 e 15 deste mesmo mez.

Ao major comandante do corpo policial, recomendando que faça abrir assentamento de praça, com destino á brigada policial da capital federal, aos individuos de nomes Antonio Francisco de Pontes e Francisco de Souza Pontes, se, em inspeção de saúde, foram julgados aptos para o serviço militar.

Ao agente da companhia Lloyd Brasileiro, recommendando que, por conta do ministerio da justica, faça dar passagens de praia desta cidade a capital federal, no primeiro vapor daquella companhia, as praças de nomes Bernardino Limeira Dinoá, José Alves Floriano, Manoel Pacheco de Lyra e Luiz José dos Santos, que seguem com destino á brigada policial da mesma capital, e bem assim, a duas mulheres e uma filha de duas das referidas praças.

DESPACHOS

Bacharel Ignacio da Costa Britto e José Alves de Oliveira Lima.—Informe o tesouro.

Francisco Cavalcante de Albuquerque.—Informe o comandante do corpo policial.

Adelaldo José de Oliveira Leite.—Estando os generos despachados antes da ordem expedida por esta junta, como provou o suplicante com a respectiva cer-

dida da alfandega, deferido. O povo exulta de contentamento diante de tão sabia e certada medida. Não era possível consentir-se que continuasse a dizer-se representante da vontade popular manifestada em commissões eleitoraes aquella agremiação de homens mal orientados, que sómente tiveram a grande habilidade de entregar os nossos destinos nas mãos de um pesado e inepto governador, como em tudo mostrou-se o satrapa, que, em boa hora, foi, pela soberania popular, enchotado de uma posição, para a qual sómente o havia recommendedo a boa sorte da revolução de 15 de novembro de 1889....

Bem triste copia deixou-nos de si esse congresso de designados, cuja docilidade trouxe-nos ainda uma vez a maior das desillusões sobre o conceito que formavamo de alguns caracteres que pareciam inquebrantáveis; mas que tão facilmente submeteram-se ás exigencias do seu unico e exclusivo eleitor, então com toda força provinda da menorável revolução de 89.

Basta ler-se esse arremedo de constituição promulgada por tão conspicuos legisladores constituintes, para verificar-se a exactidão dos nossos conceitos.

Basta ainda considerar-se o acto de sumária fraqueza; senão baixeza de que derão testemunho, rebaixando o carácter estatal, com aquele addiamento das funções legislativas, quando mais se devião empenhar os verdadeiros eleitos de povo na elaboração das leis orgânicas para a execução completa da constituição que elles mesmos, pseudos representantes do povo confeccionarão, impondo-se esse dever no § 2º do art. 19º.

E que ao satrapa deposto convinha continuar na dictadura, como continuou; para assim ver, se nos impunha mais facilmente esse neívismo, que elle teve a veleidade de árvorar em oligarchia dominadora dos brios para-hybano, que finalmente se lhe mostraram sempre áltivos na memorável jornada de 27 de dezembro.

E o congresso de sua eleição, que já havia lançado as bases desse prolongamento da dictadura nas ignobres disposições transitorias da constituição de 9 de agosto, concluiu o archiectamento dessa obra de desmoronização, addiando os seus trabal-

O PARAHYBANO

Congresso e Magistratura

I

O decreto n.º 2, pelo qual a digna junta governativa d'este Estado dissolveu o pseudo congresso Venanciano, surgido do regulamento-fraude, não podia deixar de ser bem aceito pela opinião publica; taes e tão legítimos são os fundamentos concretos com factos d'uma

os homens que deviam co-
mentar esse assunto.

Nem teve coragem de en-
frentando as dificuldades do
momento, procurar remédio ao
maior dos males que nos affigia,
qual era a degeneração es-
tado de nossas finanças!

E que o sr. Venâncio Neiva,
hoje felizmente caído do dom-
ínio da historia, que o aponta-
rá como um ponto negro nos
fastos do viver parahybano, já ti-
nha elaborado a sua grande lei
judiciária que foi publicada com
a data de 30 de setembro, ves-
pera do dia em que devia ter
funcionamento os trabalhos or-
dinários do congresso legisla-
tivo.

Como tudo isto é edificante e
moralizador!

E porque assim commetia o
congresso as suas mais nobres
atribuições ao imbecil, que não
tinham o critério ao menos para
ver que cada dia mais se impo-
ularisava, para cair como cão
côerto das maldições popu-
lares?

Do ut des — foi a divisa entre
um bom número de congressistas
e o ex-governador Venâncio
Neiva.

Desde que me confiaes a dicta-
dura, mesmo em pleno domínio
constitucional, eu vos considera-
rei os meus, para vos aquinhar
o melhor do prato de lenti-
nas que temos à nossa disposi-
ção.

E os — um, dominando des-
poticamente sobre os destinos
do Estado, e outros constituidos

seus auxiliares pela inclusão
nessa magistratura formada sem
a observação dos preceitos que
trazem a presunção da pericia
e do saber para o desempenho da
grande, nobre e sempre espi-
nhosa missão de dar a cada um
o que é seu.

Lê-se na constituição de 5 de
agosto art. 47: «uma lei ordinária
determinará as funções e
competência de cada um desses
órgãos (trata-se do poder judi-
ciário) bem como a organização
dos tribunaes, de modo que...»

Também no art. 19 § 1º lê-se —
«competo ao congresso: fazer
leis sobre todos os assuntos de
interesse do Estado, interpre-
tar-as, suspender-as, derrogá-las e
revogá-las.»

De onde, portanto, tirou o ex-
governador Venâncio competen-
cia para fazer a lei de 30 de
setembro de 1891, organizando
a justiça do Estado?

Sem dúvida elle fundou-se na

disposição do art. 4 das disposi-
ções transitorias da formidosa
constituição, a qual assim se ins-
creve: «A primeira organização
da magistratura do Estado será
feita pelo governador, sem depen-
dência das condições contí-
das n'esta constituição contem-
plando quanto lhe permitir a
conveniencia do serviço público
os actuais juízes de direito.»

Mas ainda esta disposição
transitoria não dá competência
ao ex-governador para legislar
no sentido de fazer as leis comp-
lementares para a completa
execução da constituição. As-

sim ve-se segundo o disposto
no § 3º do art. 19, que sómente
ao congresso compete legislar
sobre a organização judiciária e
processual.

Portanto, resalta à toda evi-
dência que as palavras — a pri-
meira organização da magistratura
que de serviço se o pseudo
legislador constitui no art.
4 das disposições transitorias fo-
ram impropriamente empre-
gadas para expressarem o verda-
deiro pensamento do ditto legis-
lador, porquanto ahi se cumpre-
ende, principalmente pela ana-
lyse, em virtude dos conseqüen-
tes modicativos do citado artigo,
que o seu dispositivo refere-
se ao primeiro provimento da
magistratura, pois esta propriamente
não se organiza, mas tem
o devido provimento em vista
das condições estabelecidas na lei
da organização judiciária, pro-
mulgada de acordo com os pre-
citos constitucionais.

Por este simples enunciado
chega-se à convicção da ilegalida-
de do decreto de 30 de setem-
bro, que deve ser nullificado
pela ex. junta governativa, para
que n'ela via regular todos os
os meios de organização d'este
Estado.

A magistratura que ahi temos
é ilegal, e não pode permanecer
desde que na ilégitima organiza-
ção judiciária, o incompetente
ex-governador não teve absolu-
tamente em mira o interesse do
Estado, mas sómente inconfessavel-
mente interesses individuais.

A organização judiciária não
é ilegal, e não pode permanecer
desde que na ilégitima organiza-
ção judiciária, o incompetente
ex-governador não teve absolu-
tamente em mira o interesse do
Estado, mas sómente inconfessavel-
mente interesses individuais.

consultou o nosso estudo e pos-
sibilidade de financeira, onerando
o Estado com uma despesa que
poderá reduzir-se talvez a me-
nos de metade da que se insti-
tuio sem meios de ser satisfeita,
e sómente em beneficio do filhos-
tismo o mais indecente, que foi
erigido e o princípio pela nefasta
administração do ex-governador
Venâncio Neiva.

Cordialmente comprimenta-
mos a illustre mocidade estudan-
te.

Que senador!

De carta de um distinto para-
hybano que gosta de alta posição
social no Rio de Janeiro, extra-
himos este pequeno e expressivo
trecho:

«João Neiva acaba de rece-
ber o premio de sua deslealdade
na questão do telegramma: foi
demitido.»

Sabe-se que este telegramma
falso foi aquele que o illustre
coronel Savaget recebeu, man-
dando entregar o poder ao im-
ortal.

Mas que bombeiros!...

Hospede Ilustre

No paquete nacional *Brasil*,
que tocou em nosso porto no dia 19 do corrente, chegou o visinho
estadista de Pernambuco o nosso
distinto amigo dr. Pedro Velho
Rego Mello, a quem comprimentamos:

Revolta de presos
(Telegrama Oficial)

RIO 26.

Houve hoje pela manhã uma
revolta de presos na Fortaleza
Santa Cruz. O governo deu
promptas e energicas providen-
cias. A ordem pública continua
inalterada. — José Higino.

que não se pôde saber.

De repente, um baque seco,
gritos dilacerantes, vieram ar-
rancal-o do seu sono. Um

lançau passando por um coupe
que ia a galope, esbarrou com
este e fel-o virar sobre a calçada,
a dois ou tres metros de Emmanuel,

que, despertando, atirou-se de um salto, com ris-
co da propria vida, à cabeça do
cavalo espécieado pelo medo.

Era o almoço. Na vespere-
dissera à vila que iria comer
à casa de uma amiga; d'esta
maneira, elle não seria obriga-
da a repartir a sua magração.

Não era a primeira vez que esse
meio era empregado, mas quando
ao pedaço de pão a sua
bolha lhe permitiu juntar uma
ou duas fatias de pão, ou um

pão de chocolate, Emmanuel
retirava-se para uma rua um
poco deserta, e tomava a sua
refeição tranquilamente. Una

vez divino ex-vi da immortalidade
do supremo chefes; as honrarias
e adesões prestadas a um general
cujo principal feito neste Es-
tado, deu ao a rigorosas aned-
tas: é quieto, quando, subjugado
ao peço de uma constituição
arranjada ao péço de uma

embaixada, é curioso quando
assiste calmo e mudo os me-
jores oficiais que cercava-
o de lubrica e nojenta fama as sessões

de um congresso *comme il fallait*;

a inauguração d'um tribunal, tal-
vez divino ex-vi da immortalidade
do supremo chefes; as honrarias
e adesões prestadas a um general

cujo principal feito neste Es-
tado, deu ao a rigorosas aned-
tas: é quieto, quando, subjugado
ao peço de uma constituição
arranjada ao péço de uma

embaixada, é curioso quando
assiste calmo e mudo os me-
jores oficiais que cercava-
o de lubrica e nojenta fama as sessões

de um congresso *comme il fallait*;

o final da reunião, quando
os juizes se reúnem para a
aplicação do favor, da lei, que se

fundi em um conceito impossível
de ser determinado por meio

de uma materialidade acciden-

tal; que umas vezes coincide, e

outras não, com a existencia do

motivo ou causa que legitima a
disposicão mitigante da lei.

Quanto ao nascimento ou exis-
tencia d'era criança, torna-se nota-
ria aneis do tempo fixado em lei,

a maij já não pode matar para
ocultar a sua deshonra; entre-
tanto, o juiz é obrigado a recon-
hecer a menor, que na reali-
dade não existe!

Sobre ser superfície, é inop-
portuna e prejudicial, diz Mit-
temayer, qualquer definição le-
gal do nascimento recente com
relação ao tempo. A desconfian-

ça do bom senso dos juizes e o
acreditar-se que as leis exige-

sem imponibilizar determinadas
condições é que rem veem os perigos do arbitrio,

que causa a se nelhantes dis-
posições inconvenientes.

Considera la razão pela qual é in-
dispensável que o sujeito possa-

COLLABORAÇÃO Tempora mutantur

A governo-maria é a terrível
epidemia que vai consumindo,
pouco a pouco, os immortes do
Estado.

As felicidades fisiologicas dos
decaídos é hoje reconhecida-
mente anêmica e d'ali outros graves

incidentes, também causados por
depauperamento geral, ihesão de
acometer até uma impres-
cindivel solução: a morte mo-

ral. Recalca, srs. do «Estado», no
fanfuento escrínio de vossas dife-
rentes paixões, a sede de edio e
inventivas: tomac por norma de
conflito o respeito as legaes instituições de hoje e vnde se-
guir-nos no elevanta lo tentamen-
que diria nossas consciencias e
nosso braços para o incremento
desse patria deprecada por vós;

Cordialmente comprimenta-
mos a illustre mocidade estudan-
te.

«O João Neiva acaba de rece-
ber o premio de sua deslealdade
na questão do telegramma: foi
demitido.»

«Nós que attenuam é um modo
de dizer, porque não ha em co-
dição alguma que eu conheça, dis-
posito igual a do art. 197 do an-
tigo codIGO penal brasileiro:
manti a pelo art. 298 do vigente.

Tomamos do erudito barão de
Paranápiacaba um trecho e ex-
crevendo-o, vemo-lo reproduzir-
se a peu près na gente do «Es-
tado». De Parahyba: «Ranzen-
hna boca amarellados dentes; Tem
na figura més esgares de amaga.»

É bem patente a demonstra-
ção de mal, que vae, contaminando
os assoberbado e só, cizand o
germen d'essa vida que já gosou

de morte mortal.

Fugindo embora ou buscando
afogar-se nos seios mís occul-
tos, de tão chorão terreno de
que se viram esbulhados por um
prenuncio de heroísmo, o ger-
men ou antes, a semiente de uma
restauração venância, não po-
deria medrar, por que o sol que
hoje emerge dos nossos horizontes
políticos, abrasa esse mesmo

terreno, onde mal raro são os
vestígios das pegadas vacillantes
de uma raça espirituosa.

Sonham e dizem os titãs do
«Estado» que ha de vir o im-
ortal!!!

Será elle um novo massas?
ou esse que tão afanoso é e
espeado sob o nome de ante-
christ?

Assim hontem o cargo de
commandante do coro de hom-
baires o sr. tenente coronel de
engenheiros Antonônio Ernesto
Gomes Carneiro, ultimamente
nomedo em substituição ao re-
centemente-coronel Joaquim Soares Nogueira.

Recebemos o novo comandante
caríssimo Benedito Nogueira
que faz a apresentação aos ofi-
ciciais presentes.

Julgais ter direito a governa-
ção exclusiva dos destinos da

Parahyba?

Vergonha estultice! Quem
vos ensinou tais doutrinas? Qual
a Synagoga onde bebedes essas
luces retrogradas?

Qualquer governo, bem ou mal
intencionado, nas mos ou extra-
nhos ou filhos d'esta terra, exis-
te para vós, uma vez que não
comuniques as particulares da
vida do recem-nascido, qual só
nestas condições é que precisa

de garantias especiais, por não
ter ainda as comuns, e que pô-
de ser vítima do infanticídio
honoris causa.

Chaveau e Helie são expres-
sos a respeito da causa de ag-
ressão:

«Há infanticídio enquanto a
vida da creança não tem as ga-
rantiias comuns, e enquanto o
crime pôde apagar até os vesti-
gios do seu nascimento. Não
ha mais infanticídio, homi-
cidio, desde que o nascimento é
certificado legalmente, ou ao
menos desde que expiram os
prazos legais para a sua consta-
tação.

Presume-se então conhecido
o nascimento; a protecção da
lei, que ampara todos os mem-
bros da sociedade, também am-
para o recem-nascido. Tenho ex-
clusivo a direita de impedir a
morte ou desaparecimento de nos-
sa capital aquelle sorvedor que ja tem consumido toda for-
mação.

Sigam!

JURISPRUDÊNCIA Tempora mutantur

do esquecimento os immortes
que, à seu turno, mortalisa-
se.

Não é portanto, à frente da so-
berania popular e à braços com
o deserto heróico das victimas
de hontem que haveis de reas-
sumir as posições que vos enche-
ram de... gosos; que havais de
deixar das.

«Nenhuma determinação de
tempo ou de qualquer outra cir-
cumstancia exprime o conceito
jurídico exigido; o que basta é
que necessario, e que morte da
criança tenha por fim occultar
o seu nascimento; a necessidade de
tratar o negocio de nosso

particular interesse, por conta
do qual ja recebeu do mesmo
partido o abaixo assinado, é importan-
cia de 128\$000.

Parahyba, 20 — 1922.
M. J. do Nascimento.

(Continua)

JURISPRUDÊNCIA

O NOVO CÓDIGO PENAL

INFANTICÍDIO

(Continua)

vo do infanticídio seja um re-
cem-nascido, facilmente perce-
be-se que é impossível a fixação
de um termo sempre igual.

E' também o que pensa Belo-

trini:

do Estado do Pará,
no dia 23 do corrente, em que se põe
em vigor o decreto que aprova a substituição
de aquelle pharolete por
um outro de maior alcance,
conforme comunicação da Repartição da Capital Federal, Capitania
do Porto do Estado da Paraíba em 13 de Janeiro de
1892.

O Secretario.
Benjamim Lins.
(2)

Thesouro do Estado

O Cidadão Inspector
desta Repartição manda
fazer publico, para conhecimento de quem interessar possa, que no dia 23 do
corrente irá em praça, em
virtude de recomendação da junta governativa,
de ante-hontem, sob n.º 99,
o imposto sobre o gado vaca-
cum, cavallar e muar ex-
portado para fora deste

Estado, sob a base de
60.500.000 reis; devendo
os pretendentes comparecer naquella dia às 11 horas da manhã.

Secretaria do Thesouro
do Estado da Parahyba,
em 16 de Janeiro de 1892.

O secretario da junta.

João F. de Deus Costa
(2)

De ordem do cidadão
Dr. Director interino da
Instrucción Pública deste
estado, se declara, a quem
convier, que, durante o
corrente mez, se acham
abertas nesta repartição
as matrículas das aulas do
Externato Normal desta
cidade, e de 15 a 31 do
referido mez as do Lyceu
Parahybano, conforme
precitaram o art. 7º do re-
gulamento n.º 33 de 14 de
Janeiro de 1886, e art. 6º
dos Estatutos do sobredito
Lyceu—Secretaria da
Instrucción Pública da Pa-
rahyba, em 2 de Janeiro
de 1892.

O Secretario,
Jacinto José da Cruz.
(1)

ANNUNCIOS

Atenção!

Bellarmino José dos Santos
declara ao publico que mudou-
se para a rua das Flores n.º 9,
onde oferece os seus serviços
relativamente a arte de relojoeiro.
Com maxima promptidão
concede, limpa e substitue vi-
vazes e ponteiros.

Quem igual zelo oferece tam-
bém os seus trabalhos relativos
a joalheiros.

Quem desira precisar de rija-
mento das praias que encon-
tram-se no Rio, tem prompto o anu-
ncio.

Parahyba, 18 de Janeiro de
1892.
Bellarmino José dos Santos.

ADVOCACIA

Djogo V. C. d'Albuquerque
que Sobrinho.
Escriptorio à rua Visconde
de Inhaúma n.º 4.

COLLEGIO S. LUIZ DE GONZAGA

Acha-se desde esta data
aberto o estabelecimento,
cujo nome encima este
annuncio.

Elle apresenta as me-
lhores garantias de eco-
nomia, estada e aproveita-
mento aos aumnos.

O collegio S. Luiz de
Gonzaga, relativamente
ao plano de seu regulamen-
to, acta-se em homogenei-
dade ao Collegio Dio-
césano, e portanto trata
escrupulosamente e com

e-mero da educação in-
tellectual, moral, civil e
religiosa, de que tanto
precisa a sociedade.

Tendo em vista o mes-
mo Collegio preparar ho-
mens que possão condig-

namente seguir as diver-
sas carreiras de nossa so-
ciedade, não cogita de ha-
bilitar de modo algum
alumnos a exames, so-
mente com vistas de agrada-
dar aos pais ou represen-
tantes, apezar de deficen-
cia dos conhecimentos
precisos.

Quanto ás condições de
admissão dos alumnos ou
outras quaisquer instruc-
ções, podem os interessados
se entender com o Di-
rector ou substituto no
mesmo estabelecimento,
sito à rua Marechal De-
soto n.º 121, de quem po-
derão receber as informa-
ções desejadas.

Parahyba 15 de Janeiro
de 1892.

O Director,
Padre João Francisco Fernandes.

(5)

COMMERCIO

Alfandega:

RENDA GERAL

De 1 a 19	23.415\$656
De hontem	502\$241
	23.917\$867

RENDA DO ESTADO

De 1 a 9	2.960\$275
De hontem	326\$733
	3.287\$008

PAUTA SEMANAL

De 18 a 23 de Janeiro de 1892
Preços dos generos sujeitos a
direitos de exportação:

Aguardente de canna,
litro 200 reis

“ “ mél 150

Algodão em rama kilo 566

Algodão em fio, kilo 650

Arroz em casca idem 660

“ descascado idem 180

Assucar branco idem 300

“ refinado branco 400

“ mascavado id 240

“ bruto idem 140

Borracha de manga-

beina idem 1000

Café bom idem 900

“ retalho idem 800

“ torrado idem 1300

Cal idem 650

Carne de sarque id 400

Charutos bons, em

caixa, céato 400

Ordinarios	4800
Couros de boi	kilo 400
Ditos de bodes e	
cuitos	idem 1000
Cigarros	milheiro 7000
Doce de goiaba	kilo 800
Rumo bom em	
folha	kilo 900
“ ordinario	id 700
“ em folio	id 900
“ picado	id 1200
“ desfiado	id 1500
Péijão litro	100
Farinha de man- dioca idem	650
Genebra idem	400
Milho idem	650
Ossos kilo	620
Pannos d'algodão id	800
Pontas de boi idem	100
Queijos qualquer qua- lidade idem	1000
Rapé idem	1000
Sabão idem	333
Sal litro	30
Sementes d'algodão	
kilo	616
Tartaruga idem	3000
Unhas de boi idem	100
Velas stearinas kilo	1000
Vinagre tinto litro	200
“ branco idem	400
Vinho branco idem	300
Vella de cera kilo	1600
Alcool litro	300
Graça e sebo kilo	400

Navio

Deu entrada na alfandega em
18 do corrente, o patacho no-
ruga *Bams*, de 303 toneladas
de registro, Capitão T. An-
derson, com 8 pessoas de tri-
pulação e 2 officiaes, vindo de
Cardiff com 473 toneladas de
carvão de pedra para a estrada
de ferro Conde d'Eu, a quem
veio consignado.

VAPORES ESPERADOS

Pernambuco do norte à 28
Esprito S. do sul à 31

namente seguir as diver-
sas carreiras de nossa so-
ciedade, não cogita de ha-
bilitar de modo algum
alumnos a exames, so-
mente com vistas de agrada-
dar aos pais ou represen-
tantes, apezar de deficen-
cia dos conhecimentos
precisos.

Quanto ás condições de
admissão dos alumnos ou
outras quaisquer instruc-
ções, podem os interessados
se entender com o Di-
rector ou substituto no
mesmo estabelecimento,
sito à rua Marechal De-
soto n.º 121, de quem po-
derão receber as informa-
ções desejadas.

Parahyba 15 de Janeiro
de 1892.

O Director,
Padre João Francisco Fernandes.

PHARMACIA CENTRAL

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 43

E uma realidade conhecida o efecto prompto dos *Espasificos Homeopathicos* do Dr. Humphreys.

Alem do sortimento completo de específicos em carteiras e vi-
etros soltos para o tratamento de todas as enfermidades a vinda
as *Especialidades* para o tratamento da epilepsia, molestias, ner-
vas syphilis e hemorrhoidas.

As carteiras completas são acompanhadas de um grande ma-
nual em rica encadernação. Vende-se separadamente tambem o
mesmo livro, e dá-se gratuitamente pequenos manuais que ensi-
não o tratamento das molestias com os específicos homeopathi-
cos.

A maravilha Curativa e o Azeite Amamelles são do mesmo au-
tor e applica-se no tratamento do rheumatismo, feridas, golpes,
nevralgias, inflamações e dor de dentes o primeiro, o segundo no
curativo das fistulas, hemorrhoidas, queimaduras, contusões, gol-
pes, rheumatismos, dartros, impingens, callos etc.

SUCESSO JA CONHECIDO

Vende-se na Pharmacia Central de José Francisco de Moura
Rua, Maciel Pinheiro 43.

FARMA SEDES

As verdadeiras pílulas do Pará e o Remedio, contra sezoes do
Ayer vendem-se na Pharmacia Central de José Francisco de Moura. Agente unico n'este Estado.

Oleo de São Jacob

Este importantissimo remedio para rheumatismo, nervalgia te-
da a qualidade de dor vende-se na Pharmacia Central José Fran-
cisco de Moura.

— Unico Agente n'esta capital —

MORDEDURA DE COBRAS

E agente a Tintura de Perianthropodos Álves Camara Pharma-
eutico José Francisco de Moura e vende se na Pharmacia
Central.

Agencia de todos os preparados do Pharmaceutico Alves Ca-
mara de S. Paulo.

O VIGOR DO CABELLO DE AYER

Vende-se na Pharmacia Central.
Agencia de todos os preparados do Dr. Ayer.
Preços mais baratos que em outra parte.

ELIXIR DE CARVALHO

Este importantissimo remedio cura de modo rapido maravilhosos
o rheumatismo, as molestias syphiliticas escrophulosas e das
mulheres; é exclusivamente preparado na pharmacia Central de
José Francisco de Moura.

TINTAS PARA PINTURA

Vende-se por preços mais baratos que em outra, na Pharmacia
Central.

HOMEOPATHIA

(Da grande casa especialista Catellan Frères, de Paris)

O Chocolate-homeopathic, bem como grande sortimento de
remedios homeopathicos em tinturas e globulos, — em vidros a-
vulsos e em ricas carteiras para o bolso, encontra-se na Pharma-
cia Central.